

Complexidade da gestão escolar indígena: apontamentos particulares

Ercivaldo Calixto Xerente¹

RESUMO

O trabalho aborda aspectos de minha vida, enquanto indígena e Técnico de Educação Escolar Indígena, na Diretoria Regional de Educação – Miracema do Tocantins, a partir de minhas experiências particulares. Trago, também, breve descrição do processo da tradição cultural de socialização/educação dos jovens Wapte e do Pátio Warã. O pátio é uma espécie de fórum, uma instituição educativa oral, conduzido principalmente pelos sábios anciãos, responsáveis pelo processo educativo dos jovens. Concluo que há uma necessidade de diálogo no departamento da referida instituição com o sistema da política educacional tradicional, a escola e as comunidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVES: Educação intercultural. Akwẽ. Direitos Indígenas.

Complejidad de la gestión de escuelas indígenas: notas personales

RESUMEN

El trabajo aborda la realidad de mi convivencia como indígena y Técnico en Educación Escolar Indígena con experiencia en la Dirección Regional de Educación - Miracema do Tocantins, a partir de mis vivencias particulares. Trago una breve descripción del proceso de la tradición cultural de socialización de los jóvenes Wapte y Pátio Warã. El patio es una especie de foro para una institución, de educación oral, conducido principalmente por los ancianos sabios que son responsables del proceso educativo de los jóvenes. Concluo que hay una necesidad de diálogo en el departamento de la mencionada institución con los conocimientos tradicionales.

PALABRAS CLAVE: Educación intercultural. Akwẽ. Derechos indígenas.

Apresentação

O presente artigo aborda meu trabalho vivido como Técnico de Educação Escolar Indígena na instituição Diretoria Regional de Educação – Miracema do Tocantins, especificamente, na função voltada ao respeito pela diversidade cultural, ao modo de ser de

¹ E-mail: ercivaldoxerente@gmail.com.

meu povo. Procuo perceber os possíveis diálogos da instituição com as escolas e comunidades indígenas.

Os Akwẽ se autodenominam (Akwẽ-gente, indivíduo/importante) e fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê. Nossa área atual está dividida em duas, Área Indígena Xerente e Área Indígena do Funil. A Área Indígena Xerente foi demarcada em 1972 e a sua extensão é de aproximadamente 167.542,105 hectares. A Área Indígena do Funil foi demarcada em 1991 com a extensão de 15.703,797 hectares.

A Terra Indígena do Povo Akwẽ está situada no Município de Tocantínia, estado do Tocantins, a cerca de 70 km da capital Palmas. O censo populacional computa 4.037 indivíduos (censo populacional pelo Polo Base de Saúde Indígena Xerente-TO-2020), distribuídas em 81 aldeias, em 2020. Dividimo-nos em duas metades e seis clãs, conhecidos pelos nativos internamente como parceiros, conforme nossos laços familiares. A reciprocidade prevalece entre os clãs conforme as respectivas parceiras, sendo os de uma metade: os Kbazi, os Kuzã e os Krito; e da outra metade, os Ísake/Krozake, os Wahirê, e os Krãĩprehi.

Trato, aqui, concretamente, do Programa “Dinheiro Direto na Escola”, destacando a importância de se construir e consolidar diálogos de saberes com a escola e a comunidade, permitindo uma gestão democrática com a comunidade local e com a escola. Reflito sobre o papel fundamental de gestores indígenas escolares.

Os acordos firmados coletivamente pela comunidade e escola são fundamentais para a boa gestão escolar, pela comunidade indígena, levando em consideração as normativas próprias da instituição, ou seja, da rede estadual de educação, ampliando-se os limites de cada parte e permitindo uma fusão de horizontes entre saberes diferentes. As atividades culturais indígenas Akwẽ devem sempre obrigatoriamente ficar ativas nas escolas Xerente. Os jovens wapte têm suas formações predominantemente no âmbito familiar e no Pátio Warã. Atualmente, a educação escolar tem um papel fundamental na educação das crianças, jovens e adolescentes, sendo presente em quase todas as aldeias Akwẽ.

A política educacional institucional indígena não atende como deveria a demanda de ocupação de espaços por direitos das populações indígenas. Os departamentos da instituição responsável pela pasta da educação escolar indígena Akwẽ são praticamente compostos por não indígenas. Os acompanhamentos e as execuções das políticas e ações em todas as escolas indígenas Xerente são realizadas na referida instituição.

O período que fiquei na Diretoria de Ensino, obrigatoriamente deveria ser para abrir ocupação de espaços aos próprios indígenas para executarem tais programas que são ofertados, bem como fazendo parceria nos assessoramentos etc. Estes processos de aprendizagens são bastante relevantes aos indígenas que, caso prestassem estes serviços institucionais, atendendo às demandas das escolas indígenas Xerente, teriam uma forma de autovalorização e reconhecimento da existência do Povo Akwẽ.

1 Histórico

A instituição de ensino escolar entre os Akwẽ foi implantada na época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1945. Mesmo com a implantação da instituição escolar há décadas, entre o povo Xerente, a instituição é vista pelos Akwẽ como externa. As atividades escolares são consideradas como complementares na educação oral do referido povo.

Os velhos sábios Akwẽ, ou seja, os anciãos relatam que a educação escolar foi implantada entre o povo Xerente em 1958, pela Missão Evangélica Batista, em uma das aldeias antigas, a Aldeia Baixa Funda. A implantação só foi possível graças à reivindicação do ancião Florêncio Suzawre. Antes de tal reivindicação, a educação escolar já havia sido ofertada pelo SPI desde 1945, na Aldeia Baixão Nrãto Wdêhu, também uma das aldeias antigas do povo Akwẽ, mas não se obteve êxito na política educacional escolar implantada.

Os saberes e o modo particular Akwẽ mantêm viva a tradição cultural dos ancestrais Xerente, presente na cosmovisão, na cosmologia, no contexto particular Xerente, em nossas instituições e práticas educativas próprias e tradicionais. Elas mantêm a sustentabilidade da valorização dos saberes dos mais velhos, responsáveis pela educação oral e a condução dos jovens wapte nos moldes culturais do referido povo.

Os programas públicos criados pelo governo federal buscam muitas vezes a gestão democrática e gerar oportunidades para os gestores indígenas, com participação direta via Ministério da Educação, por exemplo, no PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). É relevante que a comunidade se organize, reconhecendo a importância da participação da sociedade indígena nos programas sociais.

Os recursos públicos do “Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)” são importantes. Os gestores indígenas Xerente devem conhecer e compreender tais sistemas de

aplicabilidade de recursos públicos ofertados pelo governo federal, para as escolas Akwẽ, com a finalidade de garantir uma educação escolar de qualidade para o referido povo.

As pessoas que trabalham na escola indígena Akwẽ devem buscar tais conhecimentos para o aprimoramento da compreensão dos recursos públicos destinados para as mesmas escolas indígenas. Conhecer tais programas que são ofertados pelo governo federal é fundamental para os cidadãos indígenas Xerente, para exercer a cidadania indígena e construir a coletividade democrática.

Os direitos estão respaldados pela Carta Magna, a Constituição Federativa Brasileira de 1988. É fundamental e essencial que as escolas indígenas Akwẽ adotem e conheçam, igualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que estabelece claramente, em seus artigos 70 e 71, ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino que podem ser financiadas com recursos do “Programa Dinheiro Direto na Escola”.

As informações referentes às aplicações de recursos públicos, especialmente, do “Programa Dinheiro Direto na Escola” são essenciais e relevantes para a equipe de trabalho na escola indígena, para as unidades de ensino escolares indígenas Akwẽ. É importante que os gestores Akwẽ participem da formação especificamente referente a tais programas públicos ofertados para as escolas indígenas Akwẽ, pelos agentes indígenas públicos interessados em formar-se em tais programas, alcançando metas para melhor qualidade do ensino escolar.

Os direitos indígenas devem garantir uma educação escolar diferenciada respeitando as diversidades culturais e as especificidades de cada povo, ou seja, as particularidades culturais.

As capacitações continuadas para os profissionais Xerente são extremamente relevantes para a formação profissional dentro dos referidos programas, as qualificações e aprimoramentos devem ser adquiridos a partir das formações em determinada área. Os aprimoramentos requerem esforços particulares pelos gestores, criando metas e objetivos. O apoio da instituição pública responsável pela educação escolar é fundamental, dando apoio nos aprimoramentos e na qualificação de gestores indígenas Akwẽ.

Esta relação entre secretarias, gestores, escola e comunidade indígenas deve ser fortalecida para a formação dos gestores indígenas e, conseqüentemente, para se ter uma maior eficácia na aplicação dos programas para fortalecimento da educação diferenciada indígena Xerente.

2. Sistema educacional

O sistema da política educacional para as escolas indígenas Xerente deveria ter como prioridade a participação da comunidade, ou seja, de pessoas indígenas habilitadas para ocuparem espaços no setor responsável da educação escolar. Refiro-me a participação direta.

O desconhecimento, por parte da comunidade, referente aos programas ofertados pelo governo tanto no âmbito estadual quanto no federal é grande. O acesso a eles é totalmente restrito. É importante que os mesmos conheçam tais programas e suas aplicabilidades pela instituição responsável que nega a participação direta da comunidade, negando a ocupação de espaços importantes e de poder.

Trabalhar por um período nesta instituição deu-me a oportunidade de ter um panorama mais profundo das ações e atitudes das escolas indígenas Xerente e da instituição. Antes da prestação de serviço nesta instituição, tinha um olhar totalmente restrito e equivocado do setor responsável pela pasta da educação escolar indígena. É bem complexo pensar em políticas para 36 escolas e 4 extensões da Área Indígena Xerente e Área Indígena Funil.

As escolas indígenas Xerente têm realizado um importante trabalho pedagógico perante a comunidade, preparando alunos para convivência com o mundo externo. Em algumas escolas que possuem recursos tecnológicos são ministradas, ainda, palestras pelos professores Xerente.

O período curto de trabalho prestado, os oito meses, foi suficiente para eu fazer um “raio X” das dificuldades que se encontram em ambas as partes, a instituição e a escola. Com base nesta experiência faço uma pergunta: será que a maior parte dos profissionais indígenas não se encontram habilitados para exercer as funções nas escolas indígenas Xerente e na instituição responsável pela aplicação de políticas públicas?

A nossa participação direta é fundamental para a eficácia destas políticas.

Ademais, o uso da língua materna do povo nas atividades escolares e no cotidiano é relevante para a sustentabilidade e o fortalecimento, e também para a valorização cultural do modo particular de ser Akwê.

Concluo que as escolas podem ter uma função fundamental no entendimento das políticas públicas que contemplam os povos indígenas brasileiros, fortalecendo nossa participação direta nas instituições escolares.

Considerações finais

O referido trabalho constituiu-se em analisar e compreender as políticas públicas ofertadas para as escolas indígenas existentes na Terra Indígena Akwẽ, bem como compreender como tais programas do governo federal, como o “Dinheiro Direto na Escola” são apropriados pela comunidade. Penso que a Diretoria Regional de Educação – Miracema do Tocantins – deve se readequar dando prioridade aos gestores indígenas Xerente, nas ocupações de espaços, oferecendo capacitações continuadas para o aprimoramento profissional dos gestores Akwẽ.

Os programas que são ofertados pelo governo federal são uma forma de fortalecer as unidades de ensino escolares que foram beneficiadas, porém, é relevante ressaltar que o Programa Dinheiro Direto na Escola requer para a sua gestão conhecimentos na área das aplicabilidades dos recursos públicos.

As políticas públicas que contemplam as comunidades indígenas, ou seja, especificamente o povo Akwẽ, ainda não conseguem compreender melhor esta demanda. O povo Akwẽ necessita apropriar-se profundamente de sua escola e a unidade escolar precisa conquistar a confiança da comunidade, ou seja, do referido povo. Para tanto é necessário uma aproximação entre a escola, a comunidade e as instituições escolares.

Os conhecimentos novos podem ser, inclusive, incorporados na matriz curricular escolar diferenciada Akwẽ. Nota-se que os projetos políticos pedagógicos ainda são elaborados pela Seduc-TO.

Para tanto, o povo Akwẽ deve ter pessoas qualificadas no contexto da política educacional para discutir melhor, com propriedade, a política educacional diferenciada com a instituição Seduc-TO, e fortalecer uma proposta pedagógica própria, conforme a nossa especificidade própria, o que está respaldado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 210.

Submetido em 23 de outubro de 2020.

Aceito em 23 de novembro de 2020.

Publicado em 11 de dezembro de 2020.